

Políticas de geração de emprego e renda & desenvolvimento: um estudo do microcrédito em população de baixa renda de Fortaleza



Policies of employment and income generation & development : a study of microcredit in low-income population of Fortaleza

Alcides Fernando Gussi <agussi@uol.com.br>

Antropólogo e doutor em Educação, Professor do Depto. de Economia Doméstica, e Coordenador do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas - MAPP, Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza-CE, Brasil.

Rita Josina Feitosa da Silva <ritajosina@yahoo.com.br>

Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC e técnica do Banco do Nordeste – BNB.

Recebido 09-ago-2011 **Aceito** 03-out-2011

Resumo Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre os programas de microcrédito, como política de geração emprego e renda, voltada para o desenvolvimento. A hipótese central seria a de que as experiências de microcrédito são mediadas pelos significados que os próprios atores sociais, envolvidos nos programas, atribuem à ideia de desenvolvimento, aos quais estariam circunscritos os resultados do microcrédito. Partindo disso, realizamos uma pesquisa, de cunho etnográfico, sobre o programa Crediamigo do Banco do Nordeste - BNB junto aos beneficiários de baixa renda de Fortaleza, verificando até que ponto o microcrédito promoveu mudanças nas condições de vida dessa população. Como conclusões, embora verificamos o aumento da renda dessa população, não se pode afirmar que o acesso ao microcrédito resulta em melhorias significativas nas suas condições

de vida, o que aponta para os limites do alcance do microcrédito em promover mudanças rumo ao desenvolvimento social.

Palavras-chave Políticas de Geração de Emprego e Renda, Desenvolvimento, Microcrédito.

Abstract *This article presents a study on microcredit programs of BNB - Banco do Nordeste and to build an evaluation of these programs. The central hypothesis would be that the experiences of microcredit are mediated by the meanings that social actors themselves involved in programs about to the idea of development, which would be confined to the results of microcredit. Based on this, performed an evaluation of impacts CrediAmigo, verifying through empirical research among low-income beneficiaries of Fortaleza like microcredit promotes changes in living conditions of the population. In conclusion, we found the increase of income of this population, but the access to microcredit does not result in significant improvements in living conditions, in general. This is points to the limits of the reach of microfinance in promoting changes changes towards social development.*

Key-words *Evaluation, Microcredit, Development, Crediamigo, Banco do Nordeste.*

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo sobre os programas de microcrédito, como política de geração de emprego e renda, visando a avaliação desses programas, a partir de um discussão acerca da relação entre microcrédito e desenvolvimento¹. Para tanto, realizamos uma pesquisa, de caráter etnográfico, onde acompanhamos a trajetória do programa de microcrédito do Banco do Nordeste - BNB, o CrediAmigo, por meio de uma investigação empírica entre os beneficiários de baixa renda de Fortaleza, verificando em que medida o microcrédito vem promovendo mudanças nas condições de vida desse segmento da população, rumo ao desenvolvimento.

Neste estudo, a pergunta que nos orienta é: como o microcrédito vem promovendo o desenvolvimento e, de que desenvolvimento se trata? Dessa forma orientamo-nos pela noção de desenvolvimento de Furtado (1984), para o qual o desenvolvimento constitui um processo endógeno de transformação, como resultado da vontade coletiva e impulsionado pelo poder político. Trata-se de uma “invenção”, pois o desenvolvimento deve combinar o encontro criativo entre a cultura e identidade dos povos, e as possibilidades de transformação. Decorrente dessa noção, partimos do

1 Para um aprofundamento maior sobre fundamentos teórico-metodológicos deste estudo, remetemos a Gussi (2008, 2009, 2010), Gussi e Silva (2011) e Silva (2010). Ressalvamos que, para este artigo, especificamente, nos debruçamos em analisar as interfaces entre microcrédito e desenvolvimento, partindo dos dados empíricos de pesquisa junto à população de baixa renda de Fortaleza.

pressuposto de que o desenvolvimento refere-se a um processo multidimensional e, portanto, não pode ser estabelecido a partir de leis universais válidas para todos os grupos sociais.

Com esse ponto de partida, a nossa hipótese central seria a de que as experiências dos programas de microcrédito são mediadas pelos significados que os próprios atores sociais, envolvidos nas ações dos programas, atribuem à ideia de desenvolvimento, aos quais estariam circunscritos os resultados do microcrédito, especificamente o caso aqui estudo, o programa Crediamigo do BNB, apontando para seus limites de possibilidades.

Revisão de literatura

Nas últimas décadas, tem se percebido uma maior atenção do poder público mundial e das sociedades em geral em adotar políticas de combate à pobreza. Diante disso, contemporaneamente, programas de microcrédito têm se apresentado como alternativas de políticas de emprego e geração de renda, voltadas para parcelas da população em situação de exclusão socioeconômica, vindo alinhar-se às políticas de desenvolvimento de vários países, inclusive do Brasil.

Contudo, conforme Gussi (2009, 2010), sustentamos que as experiências contemporâneas do microcrédito, seus impactos e limites, devem ser analisadas à luz de processos contemporâneos de exclusão capitalistas, tais como: a seletividade da mundialização do capital financeiro e a exclusão de países, regiões e grupos sociais (CHESNAIS, 1996, 1999); o neoliberalismo e o enfraquecimento da atuação do Estado (HARVEY, 2008); e as mudanças no mundo do trabalho, com a acumulação flexível (HARVEY, 1992), a destituição da sociedade salarial (CASTEL, 2008) e a precarização do trabalho (ANTUNES, 1999).

Nos delineamentos desses processos, a experiência pioneira de microcrédito na contemporaneidade, ou seja, a sua gênese, foi idealizada e implementada pelo bengalês Muhammad Yunus, em 1974, por meio de um sistema de crédito para a população de baixa renda de Bangladesh com intuito de combater a pobreza no país, vindo a tornar-se, mais tarde, em 1983, com o *Grameen Bank*, um banco especializado em microcrédito (YUNUS, 2000).

Para uma compreensão analítica acerca das experiências de microcrédito, sobretudo no contexto brasileiro, remetemos a Farranha (2005) e sua análise da experiência do Grande Vitória Credisol, realizada a partir de seus aspectos gerais, quais sejam: grau de abertura das instituições, participação, orientação para desenvolvimento local, inserção nas políticas contra a pobreza (FARRANHA, 2005, p.26). Segundo dados analisados, Farranha (2005) conclui que o microcrédito não tem beneficiado os setores de extrema pobreza em Vitória. Isso se deve a alguns fatores: a concessão do crédito não é suficiente, pois não é ancorada com base em um apoio técnico quanto ao empreendimento; as ações não conseguem superar a lógica do mercado que leva à informalidade; não se criou uma cultura da solidariedade, base para os empréstimos comunitários; e se

não enfrentou a questão da exclusão social, apenas lidando com a exclusão no mercado de trabalho. Dessa forma, seu estudo remete a alguns paradoxos quanto aos limites das experiências de microcrédito como propostas de geração de emprego e renda e, em última instância, de inclusão social, que se contrapõem a Yunus e ao *Grameen Bank*. Essa conclusão nos revela tensões entre os objetivos dos programas e os constrangimentos associados às estruturas econômicas e políticas que os limitam.

Estas tensões e limites dos programas podem ser refletidos à luz da discussão sobre as noções de desenvolvimento, que se coaduna à hipótese central deste estudo sobre o microcrédito, qual seja: a de que as políticas de desenvolvimento orientariam a formulação, implementação e os resultados dos programas de microcrédito nos seus diversos contextos.

A literatura sobre o tema do desenvolvimento permite que pensemos, antes de tudo, que se trata de uma noção que revela um caráter polissêmico, remetendo a construções teóricas circunscritas aos diversos contextos históricos, políticos, institucionais e intelectuais.

A questão inicial posta por essa literatura é se o desenvolvimento é orientado por um caráter universal, válido para todas as sociedades, ou se é válido, de forma particular, tão somente às sociedades e aos grupos sociais específicos. Segundo Brandão (2007), não se pode estabelecer “leis universais” acerca de “um processo multidimensional e de estruturas qualitativas”, a que se refere o desenvolvimento.

Situemos Furtado, que norteia os pressupostos deste trabalho. Para Furtado, as dimensões históricas são também elementos chaves para a compreensão dos processos de desenvolvimento. Contudo, Furtado compreende que estes processos são resultados de condicionantes estruturais – condições econômicas e sociais de reprodução das sociedades – e históricas. Segundo Brandão (2007), com essa abordagem estrutural-histórica de Furtado, há uma apreensão das dimensões estruturais e históricas na teoria do desenvolvimento e a incorporação das interfaces entre a macroeconomia e a microeconomia, nas quais a última revela campos de decisões que interagem com as determinações sócio-econômicas estruturais. Trata-se de pensar “heterogeneidades estruturais” para situar, por exemplo, as economias periféricas e o subdesenvolvimento, em contraponto às economias centrais.

Neste sentido, Furtado (1984) reconstrói a ideia de que o desenvolvimento – “satisfação das necessidades básicas da coletividade” – constitui um processo endógeno de transformação, como resultado da vontade coletiva e impulsionado pelo poder político. Para o autor, o desenvolvimento é uma “invenção”, pois deve combinar o encontro criativo entre a cultura dos povos, ou seja, deve ser ancorada na sua identidade cultural, bem como as possibilidades de transformação. Ainda, segundo Furtado, o Estado - legitimado politicamente em torno de “Vontades Coletivas” – constitui o agente privilegiado para conduzir macro-decisões num contexto entre a macroeconomia e a

pluralidade de decisões no nível microeconômico, portanto, cabendo ao Estado promover políticas de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

Ancorado na perspectiva de Furtado, Brandão (2007) faz algumas críticas sobre o debate atual acerca do desenvolvimento. Para este autor, o desenvolvimento “adjetivado” (econômico, sustentável, social, ecológico, local, regional, etc.), presente em algumas teorias contemporâneas do desenvolvimento, encontra-se focado nos localismos e nas ações alternativas dos sujeitos, comunidades e instituições. Todavia, ainda segundo Brandão (2007), essas teorias excluem as dimensões estruturais e a multidimensionalidade do processo de desenvolvimento, desconsiderando aspectos como o ambiente macroeconômico, os conflitos políticos, a estrutura de classes e as conformações do espaço nacional. O autor sustenta que há enquadramentos e hierarquias de poder entre microprocessos e microdecisões e macroprocessos e microdecisões, reveladores de mediações entre o espaço local e o global. Trata-se, portanto, de pensar a história e as especificidades nacionais como mediadoras dos processos de desenvolvimento, que devem nortear as linhas gerais da implementação de políticas públicas.

O debate sobre as noções de desenvolvimento aponta para algumas variáveis analíticas contrapostas, significativas para a compreensão do alcance das políticas de microcrédito, a saber: entre o universal e o particular; entre a abstração teórica e a realidade concreta; entre os historicismos e as historicidades; entre a estrutura e os processos; entre a técnica e os valores; entre a escala global, a nacional e a local; entre o centro e a periferia; e, finalmente, entre a transformação e a invenção. Essas variáveis e suas tensões orientam este estudo sobre o Crediamigo do BNB.

Metodologia / materiais e métodos

A pesquisa realizada tratou-se de uma investigação de caráter etnográfico. Este procedimento metodológico permite apreendermos as representações, a visão de mundo e a perspectiva dos atores envolvidos nos programas de microcrédito. Realizamos, nos termos de Geertz (1978), uma “descrição densa”, na qual se busca interpretar os diferentes significados acionados publicamente pelos atores à ideia de desenvolvimento, elaborados nas ações do Crediamigo.

Desta perspectiva etnográfica, acompanhamos a trajetória do Crediamigo, inspirando-se na noção de trajetória de Bourdieu (1996). Parte-se da ideia de que o programa não tem um sentido único e está circunscrito a re-significações dos atores, segundo seus distintos posicionamentos nos contextos em que percorre o programa.

Para tanto, acompanhamos a trajetória do programa Crediamigo a partir da perspectiva dos beneficiários do programa, tomando como perguntas iniciais: houve mudança nas condições de vida dos clientes que ingressaram no programa? E, se houve, em que medida essas mudanças têm relação direta com o Crediamigo?

Estrategicamente escolhemos como amostragem investigar os clientes localizados na jurisdição da Unidade do BNB do Bairro Montese, na cidade de Fortaleza, que ingressaram no programa há pelo menos três anos. O público-alvo da pesquisa correspondeu ao universo de 47 clientes, classificados pelo banco, em 2006, como de baixa renda, com avaliação patrimonial menor que R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Finalmente, combinamos procedimentos de pesquisa quantitativos e qualitativos, compreendendo várias etapas da pesquisa, a saber: observação participante junto à população pesquisada, aplicação de questionários com perguntas abertas e semi-abertas, e realização de entrevistas com o intuito recuperar algumas trajetória de beneficiários do CrediAmigo por meio de suas histórias de vida². Apresentamos, a seguir, os resultados da pesquisa.

Resultados e discussão

O CrediAmigo iniciou-se com um projeto piloto, em 1997, passando efetivamente a operar em 1998 com a abertura de 45 unidades e, atualmente, está presente em 1.773 municípios do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O programa tem por finalidade fornecer empréstimos de R\$ 100,00 a R\$ 15.000,00, de acordo com a necessidade e o porte do negócio, realizando-se de forma não burocrática para que micro-empresendedores financiem seus negócios em troca do chamado “aval solidário”, uma garantia, oferecida pelo empréstimo, em nome de um grupo formado para tanto, de maneira que aquele não é fornecido individualmente, mas sim a grupos de pessoas que se responsabilizam solidariamente por seu pagamento.

O seu público-alvo, sobretudo o de baixa renda, é constituído por autônomos, donos de pequenos negócios e trabalhadores informais, que necessitam de crédito para gerar fonte de renda, no setor da indústria (mercearias, sapatarias, artesanato etc.), do comércio (mercadinhos, armarinhos, farmácias etc.), ou de serviços (salões de beleza, borracharias, oficinas mecânicas). Notadamente, os empréstimos concedidos são destinados à formação capital de giro, o “Giro Popular Solidário”, como para a aquisição de máquinas, equipamentos e realização de reformas.

Atualmente, os resultados do CrediAmigo, divulgados pelo BNB, indicam: um aumento sempre crescente nas contratações e nos clientes ativos do Programa; que uma grande parte dos empréstimos tem sido destinada ao produto “Giro Solidário” de sua carteira ativa; que a maior quantidade de empréstimos é destinada às mulheres (62,35%), e, finalmente, que o estado do Ceará apresenta-se como o maior beneficiado dos empréstimos e com maior número de clientes (<http://www.bnb.gov.br>).

2 Para uma discussão sobre os usos da história de vida nas Ciências Humanas, remetemos a Gussi (2005).

Diversos autores têm estudado os resultados do Crediamigo como política de geração de renda e emprego (MONZONI, 2007; NERI, 2008; SOUZA, 2008). Tratam-se de autores que apontam positivamente para o alcance do Crediamigo como uma política efetiva de combate à pobreza. Tomamos uma postura menos entusiasta e mais cautelosa em relação a esses autores. Entendemos, como se verá adiante pelos resultados de nossa pesquisa, que as experiências de microcrédito têm demonstrado alguns limites, pois, se essas experiências têm se apresentado como alternativas de geração de emprego e renda para grupos sociais em situação de exclusão, essas devem ser contrapostas, efetivamente, à sua potencialidade como política de desenvolvimento.

Apresentamos, a seguir, resumidamente, os resultados dessa pesquisa entre os beneficiários do Crediamigo. Inicialmente, realizamos, com a amostra da população escolhida, uma investigação sobre suas condições de vida atuais em relação ao período de tempo de empréstimo do Crediamigo a partir das seguintes variáveis: trabalho, renda, associativismo, educação e qualificação profissional, domicílio e família, saúde e lazer. Como segundo ponto, a pesquisa possibilitou a compreensão dos significados do Crediamigo para os beneficiários de baixa renda no tocante às mudanças de suas condições de vida. Dessa forma, os beneficiários relataram aspectos, manifestando suas representações, visões e perspectivas sobre o programa, e seus resultados para suas vidas, refletindo sobre limites e possibilidades do mesmo.

Sobre sua condição de vida atual, os beneficiários citaram vários aspectos que consideram positivos e negativos. Assim, encontramos 47% que citaram aspectos positivos relacionados ao trabalho e à situação financeira atual, 22% à família, e os demais aspectos, referentes à saúde, moradia e alimentação, foram mencionados por 19%, 9% e 6% dos beneficiários, respectivamente. Quanto aos aspectos negativos, 16% indicaram trabalho e situação financeira, 12,5% referiram-se à condição de moradia e 6% à cidadania. A educação foi citada por 2% e os demais aspectos, referentes à saúde, lazer, transporte próprio e tempo, foram citados, cada um, por 3,13%. Os beneficiários citaram, ainda, aspectos que estão faltando para melhorar a sua condição de vida. As temáticas com maior representatividade foram trabalho (34%), moradia (28%) e situação financeira (19%). A cidadania e a educação também foram apontadas por 12,5% dos entrevistados.

Em suas falas, citaram aspectos positivos e negativos do programa Crediamigo. Embora prevalecendo aspectos positivos, os entrevistados apontaram para alguns itens que o programa não atende. Dentre os aspectos positivos citados, a maior parte (88%) referiu-se à oportunidade de financiamento, incluindo-se aí as condições de crédito oferecidas pelo programa. Outros aspectos considerados foram o crescimento no trabalho (25%), o atendimento às suas necessidades pessoais (22%) e a melhoria da situação financeira (22%). O programa foi citado também como instrumento de fortalecimento da amizade do grupo (16%).

Já os aspectos negativos referem-se à falta de oportunidade de financiamento (19%), de capacitação (3%) e de credibilidade do programa (3%). Em suas falas, citaram aspectos relacionados às suas condições de vida antes de contrair o empréstimo do Crediamigo. Em relação ao período

anterior, citaram que não tinham dinheiro (25%), compravam a prazo (9%) e trabalhavam para os outros, ou seja, não tinham o seu próprio negócio (6%). Em relação à condição de vida que têm hoje, depois dos empréstimos do Crediamigo, 88% citaram que essa melhorou no tocante ao trabalho e passaram a ter mais dinheiro.

Finalmente mencionaram aspectos sobre o que falta ao programa para atender as suas expectativas de melhoria nas condições de vida. Dentre eles, 31% referem-se ao aumento de limite de crédito, 25% manifestam o interesse por empréstimo individual, 16% enfatizam que necessitam de capacitação e as demais (19%) abordam as condições do crédito oferecido.

Como análise dos resultados, consideramos que a participação dos beneficiários no Crediamigo apresentou um impacto na sua renda, favorecendo a ampliação de limites de crédito disponíveis, bem como a ampliação ou mudança de suas atividades laborais e geração de renda. No entanto, não se evidenciaram maiores alterações nas condições de vida desses clientes, à exceção do aumento da aquisição de bens de consumo domésticos. No mínimo, essas condições mantiveram-se estáveis, o que implica dizer que, para os beneficiários, os impactos na renda não necessariamente resultaram em mudanças significativas em outros aspectos de suas vidas, tais como escolaridade, capacitação profissional, moradia, saúde e lazer.

Verificamos que essa assertiva foi apreendida pelos próprios beneficiários, pois, ao mesmo tempo em que afirmam passar a exercer a sua cidadania, alegando que compraram mais os objetos de consumo desejados, também indicaram a necessidade, por exemplo: de uma maior capacitação para o trabalho; melhor divulgação pelo BNB de informações básicas sobre o Crediamigo; de maiores conhecimentos para o exercício das suas atividades laborais; e de uma melhoria nas suas condições de vida em geral, para além do consumo de bens domésticos.

Considerações finais

Como conclusões deste estudo, entendemos que os resultados da pesquisa inferem acerca da ideia de desenvolvimento, a qual circunscreve a orientação e implementação do Crediamigo pelo BNB, institucionalmente posta pelas diretrizes do programa: o Crediamigo orienta-se, em primeiro plano, para a dimensão econômica, sobretudo para o aumento da renda individual, consubstanciada na aquisição de bens de consumo domésticos pelos beneficiários, o que implica na afirmação de uma concepção de desenvolvimento voltada para a inclusão no mercado laboral e no consumo. Em decorrência disso, haveria uma melhoria de outros aspectos das condições de vida dos beneficiários, levando, portanto, a um desenvolvimento de cunho social.

Contudo, em se tratando de condições de vida - historicamente construídas - da população de baixa renda e sua situação de vulnerabilidade e exclusão social, essa ideia de desenvolvimento, que circunscreve institucionalmente o programa, aponta para os limites do alcance do Crediamigo

no tocante à afirmação da inclusão social dessa população, postas nas demandas e expectativas dos beneficiários, ainda não alcançadas, expressas em suas representações e visões de mundo elaboradas a partir das suas atuais condições de vidas.

Como conclusão geral, afirmamos que as experiências de microcrédito têm demonstrado alguns paradoxos, que apontam para os seus limites e possibilidades em relação aos objetivos a que essas se propõem, sobretudo no tocante à geração sustentável de emprego e renda, e, portanto, à erradicação da pobreza, nos termos do próprio sentido original do microcrédito, preconizado na proposta de Yunus e o *Grameen Bank* (YUNUS, 2000). Assim, entendemos que os programas de microcrédito apresentam limitações em termos de seu efetivo alcance social.

Finalmente, retomamos a problemática do desenvolvimento. Aquela nos orienta com duas perguntas investigativas que, cremos, possibilitam nortear futuros estudos e pesquisas neste campo: em que medida o microcrédito pode, efetivamente, ensejar-se como uma alternativa de desenvolvimento, tal como nos inspira Furtado (1984) e sua ideia do desenvolvimento como um processo conduzido entre a economia e a cultura e identidade dos povos, entre a transformação e a invenção? Os programas de microcrédito permitem construir, de fato, um novo paradigma de desenvolvimento, orientado para uma sociedade inclusiva, considerando que esses programas se implementam nos contornos das sociedades capitalistas contemporâneas, estruturalmente excludentes?

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Acessível em <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em 20/05/2010.

_____. **Relatório Anual Crediamigo 2009**. Disponível em www.bnb.gov.br. Acesso em 20/05/2010.

BOURDIEU, P. **A ilusão biográfica**. In Amado, J. e Ferreira, M. M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1999.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento: em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FARRANHA, A. C. **Olhares sobre a pobreza: entre o global e o local – a experiência de microcrédito no Município de Vitória/ES.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** São Paulo: Zahar, 1978.

GUSSI, A. F. **Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito.** *Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas.* UFC, número 1, 2008, p. 29-37.

_____. **Microcrédito e dimensões de desenvolvimento.** In. Anais... II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2009 (CD-Rom).

_____. **Cultura, desenvolvimento e microcrédito.** In. Anais Eletrônicos... IV Encontro nacional de pesquisadores em gestão pública. Gestão social e gestão pública: interfaces e delimitações, 2010, Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, CE.

_____. **Pedagogias da experiência no mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um banco público estadual.** 347f. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GUSSI, A.F. e SILVA, R.J.F. **Microcrédito e desenvolvimento: avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza.** *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, no. 16, março/2001, p. 249-271.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

MONZONI, Mário. **Impacto em renda do microcrédito.** São Paulo: Petrópolis, 2008.

NERI, Marcelo. (org). **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro. Perfil e performance dos clientes do Crediamigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVA, R. J. F. **Avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza.** Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SOUZA, Maria Célia Garcia Ferreira. **Avaliação do desenho do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado.** Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2008.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos pobres.** São Paulo: Editora Ática, 2000.